

Marcolino pede investigação sobre alcance de Pavanato nas redes sociais em 2026

Representação solicita dados da Meta para apurar possível favorecimento digital à candidatura de Pavanato

DIVULGAÇÃO/ALESP E DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE SÃO PAULO



Luiz Claudio Marcolino(PT) pede apuração sobre a distribuição de conteúdos eleitorais de Lucas Pavanato(PL) nas plataformas digitais da Meta.

Da Redação

O deputado estadual Luiz Claudio Marcolino (PT) protocolou uma representação na Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo para pedir a apuração de possíveis irregularidades na distribuição de conteúdos digitais relacionados à candidatura de Lucas Pavanato a deputado federal nas eleições de 2026. O pedido envolve publicações no Instagram e no Facebook, plataformas administradas pela Meta.

A iniciativa busca esclarecer se conteúdos da campanha

receberam recomendações em desacordo com as regras eleitorais. O documento não comprova favorecimento, mas pede dados técnicos para identificar a origem das visualizações e avaliar se houve alguma vantagem indevida.

A peça foi elaborada pelos advogados Fabiano Silva dos Santos e Pedro Alem Santinho. Entre as diligências estão a preservação de registros da Meta e a análise de métricas de distribuição, coautorias, anúncios, eventuais falhas nos sistemas e restrições aplicadas a conteúdos eleito-

rais. O objetivo é distinguir acessos diretos, compartilhamentos espontâneos, impulsionamento contratado e recomendações automatizadas.

Também solicita ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) a confirmação dos perfis declarados pela candidatura e das datas em que essas informações foram comunicadas às plataformas.

VÍDEO COM FLÁVIO BOLSONARO

Um dos conteúdos citados é um vídeo em que Pavanato aparece ao lado de Flávio Bolsonaro dentro de um automóvel.

Segundo relatório público do Instituto Democracia em Xequê, a publicação havia registrado 19 milhões de visualizações em levantamento indicado em 24 de agosto de 2026.

Marcolino pede que a Meta confirme os responsáveis pela publicação e forneça informações sobre sua circulação. A representação ressalta que o número de visualizações, mesmo elevado, não demonstra por si só qualquer irregularidade. Para verificar eventual descumprimento das normas, seria necessário identificar como o material

foi entregue aos usuários.

META RECONHECEU FALHAS

O questionamento ocorre em meio a discussões sobre o funcionamento das ferramentas da Meta durante a campanha. Conforme reportagem publicada pela Exame, a empresa reconheceu falha em um recurso de inteligência artificial que permitiu gerar propaganda relacionada a Flávio Bolsonaro enquanto bloqueava determinadas solicitações sobre Lula. A companhia afirmou que o comportamento variava conforme os comandos e corrigiu o problema.

RECURSOS E INVESTIGAÇÃO

A representação também pede informações para apurar eventual emprego de recursos públicos na produção ou divulgação de conteúdos eleitorais, além de avaliar a dimensão econômica de vantagens de distribuição.

Caso surjam elementos suficientes, o deputado solicita que o MPE avalie o ajuizamento de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ou outras providências cabíveis. Eventuais sanções dependerão de comprovação e do respeito ao contraditório e à ampla defesa.

OUTRO LADO

O Correio da Manhã entrou em contato com a assessoria de Lucas Pavanato(PL) para posicionamento sobre a representação e aguarda resposta.

Polícia de SP inicia devolução de celulares recuperados

GOVERNO DE SP

Da Redação

As polícias de São Paulo e o Ministério Público estadual iniciaram, nesta segunda-feira (19), a devolução de celulares roubados ou furtados recuperados durante a Operação Frank Mobile, realizada em setembro. A entrega começou às 14h, na sede do Ministério Público, na Rua Riachuelo, no centro da capital, após a identificação dos proprietários.

A operação teve como alvo a cadeia de receptação e comercialização ilegal de aparelhos. Foram cumpridos 84 mandados de busca e apreensão e sete de prisão, além de prisões em flagrante. Mais de 1,7 mil agentes participaram da ação, que resultou na apreensão de tone-

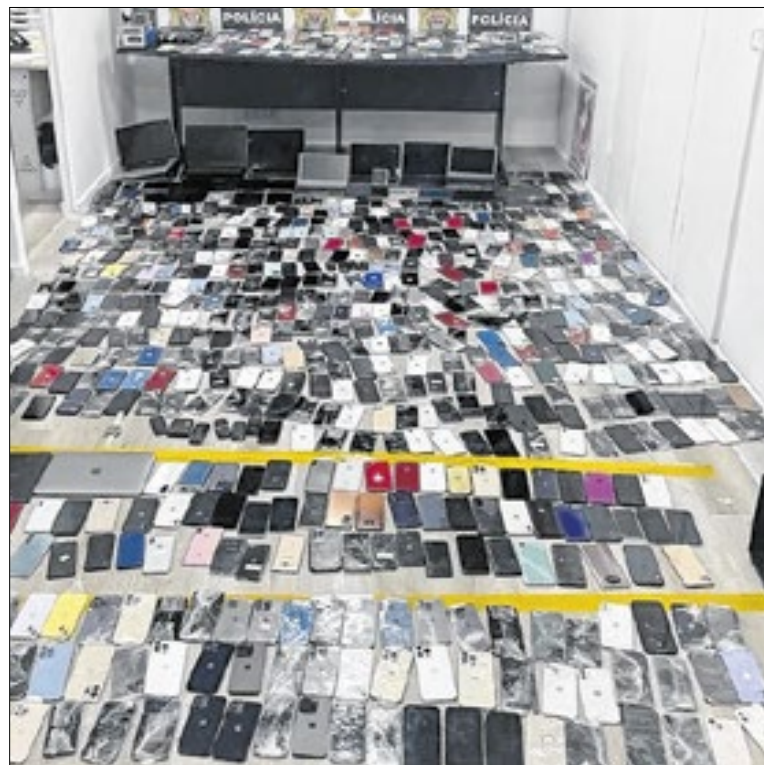
ladas de celulares sem comprovação de origem.

As investigações foram conduzidas durante dois anos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em conjunto com a inteligência da Secretaria da Segurança Pública (SSP). O trabalho identificou atividades de receptação, desbloqueio, desmontagem e revenda dos equipamentos.

APARELHOS RECUPERADOS

Segundo a SSP, o programa SP Mobile recuperou 38.028 celulares com registro criminal entre junho de 2025 e setembro de 2026. Desse total, 11.445 foram devolvidos aos proprietários, equivalente a 30,1%.

Os números mostram que



Cellulares recuperados em operação policial no estado de SP.

26.583 aparelhos, ou 69,9% dos recuperados, ainda não haviam sido devolvidos até a data do levantamento. O governo estadual não detalhou os motivos dessa diferença.

A identificação dos equipamentos ocorre por meio do cruzamento de boletins de ocorrência com informações das linhas telefônicas em uso. Quando um celular roubado ou furtado é localizado com outra pessoa, a Polícia Civil pode solicitar esclarecimentos sobre a compra do aparelho. Havendo indícios de receptação, a investigação é aprofundada.

Em setembro, uma etapa anterior resultou na devolução de 268 celulares. A SSP não informou quantos aparelhos foram entregues na segunda(19).